

PESSOAS TRANS NO ENSINO SUPERIOR: ACESSO E PERMANÊNCIA NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

Ana Luiza Pante

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direitos Humanos e
Desenvolvimento da Justiça da Fundação Universidade Federal de Rondônia.*

panteanaluiza@gmail.com

*Simpósio Temático nº 25 – MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTQIA+: ESTRATÉGIAS DE
EFETIVAÇÃO DE DIREITOS E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS*

RESUMO

O presente estudo visa investigar as políticas de acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior no Brasil, com enfoque na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Enquanto conceitos fundamentais destacam-se a distinção entre orientação sexual, identidade de gênero, gênero, sexualidade, heterossexualidade, homossexualidade, entre outros. Dentre os principais resultados têm-se a atual realidade do acesso das pessoas trans no contexto universitário, em especial, na região amazônica e as dificuldades relacionadas à permanência com destaque para a política nacional de assistência estudantil (PNAES). A pesquisa, por fim, almeja mudança de perspectiva relacionada ao acesso e à permanência das pessoas trans no contexto da formação acadêmica universitária.

Palavras-chave: Pessoas Trans, Ensino Superior, Amazônia.

ABSTRAT

This study aims to investigate the policies of access and permanence of trans people in higher education in Brazil, focusing on the Federal University of Rondônia Foundation (UNIR). As fundamental concepts stand out the distinction between sexual orientation, gender identity, gender, sexuality, heterosexuality, homosexuality, among others. Among the main results are the current reality of access of trans people in the university context, especially in the Amazon region and the difficulties related to permanence, with emphasis on the national policy of student assistance (PNAES). Finally, the research aims to change the perspective related to the access and permanence of trans people in the context of university academic education.

Keywords: Trans People, Higher Education, Amazon.

INTRODUÇÃO

É com o intuito de analisar as políticas de acesso e permanência das pessoas trans no ensino superior, com enfoque na UNIR, que a presente pesquisa se propõe a estudar. Para tanto, os objetivos específicos são de investigar o acesso das pessoas trans seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação, analisar nos Conselhos Superiores atos normativos que visem garantir os direitos das pessoas trans ao acesso e à permanência no ensino superior e ainda propor estratégias de atuação no acesso das pessoas trans e sua permanência no ensino superior desmistificando certos conceitos e estabelecendo novas perspectivas.

Para tanto, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa visto que estuda uma determinada realidade social, seus valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões em busca de suas significações. O lócus da pesquisa é Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), única universidade federal localizada no estado de Rondônia, criada pela Lei nº 7.011 de 08 de julho de 1982 e recredenciada pela Portaria MEC nº 1316 de 17 de novembro de 2016 (UNIR, 2019).

Dessa forma, o trabalho apresentará os dados e análises realizadas até o presente momento, destaca-se que se trata de uma pesquisa ainda em construção. As bases teóricas irão, inicialmente, apresentar conceitos como sexo e gênero e em seguida discutir o acesso e permanência das pessoas trans no ambiente escolar com destaque para a questão da evasão. Em seguida, serão discutidos os dados já coletados e analisados pela pesquisa, com ênfase a um panorama geral das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil no tocante às políticas de cotas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O gênero deve ser visto como um elemento constitutivo da identidade dos sujeitos. Trata-se de uma transcendência de um mero desempenho de papéis, é parte do sujeito. Portanto, a orientação sexual ou as identidades sexuais estão atreladas ao viver da sexualidade com ou sem parceiros. As identidades de gênero são como os sujeitos se identificam, nos aspectos sociais e históricos, não restritas ao binarismo homem/mulher (BENTO, 2017a; LOURO, 2018).

A questão da distinção entre gênero e sexo não pode ser compreendida apenas como um fator de biologia versus cultura, mas também deverá ser analisada sob um viés das relações de poder. Além do mais, não há que se considerar apenas duas possibilidades (masculino e feminino) para essas relações, já que gênero e sexo não podem ser compreendidos como entidades dissociadas, mas como integradas e associadas entre si. Nesse viés, não se pode considerar o sexo apenas para a biologia e o gênero para as relações culturais, mas sim como uma construção individual e múltipla dos indivíduos (BUTLER; RIOS; ARÁN, 2009).

Os corpos considerados “normais” produzem artefatos, acessórios, gestos e atitudes aceitos ou reconhecidos pela sociedade. Já os corpos considerados “ilegítimos, imorais ou adoecidos” são considerados como sujeitos diferentes ou desviantes, os quais serão denominados como minorias, estarão aprisionados em seus guetos com seus pares e serão desvalorizados e desacreditados. Por vezes, esses corpos terão que passar por técnicas ou estratégias de cura, recuperação, salvação, reeducação, reabilitação ou mesmo classificação como uma doença (LOURO, 2018).

Portanto, as experiências relacionadas ao gênero demonstram primeiramente que não somos predestinados a cumprir determinados desejos da nossa estrutura corporal e em seguida que determinadas experiências, como a questão da transexualidade, transcendem a capacidade de compreensão por se tratar da materialização do impossível (BENTO, 2017b). Além do mais, a dualidade proporcionada pela vigilância binária dos gêneros (homem e mulher) produz uma série de violências constantes de modo a produzir um sentimento de não pertencimento ao domínio do socialmente estabelecido (NASCIMENTO, 2021).

A categoria gênero, com esse olhar, ocupa determinada centralidade visto que atua como ferramenta política e conceitual na construção de determinadas experiências coletivas, especialmente, contrárias as opressões sexistas. Gênero, ainda, trata-se de um conceito marcado pelas dimensões culturais bem como históricas que evidenciam as diversas formas e modos de vida. A transgeneridade não é reconhecida enquanto experiência humana e ocupa um lugar de não existência (NASCIMENTO, 2021).

O ambiente escolar quando integrado a conceitos de gênero e transgeneridade se torna um dos espaços mais excludentes, em destaque para a exclusão inicial ainda no período infantil. Há a negação dos espaços para os considerados desviantes, indesejados ou ridículos, como por exemplo, as aulas de educação física possuem palco para a

preocupação com a questão da sexualidade e com a “masculinidade” no processo de formação dos indivíduos (LOURO, 1997). Esse ambiente ainda é responsável pelo controle dos corpos e pela produção das subjetividades produzindo formas de segregação e preconceito, a exemplo da homofobia (GOMES DE OLIVEIRA, 2020).

As escolas atuam como propulsoras da evasão. Em um primeiro momento atuam na construção de uma cultura de fobia associadas ao ódio, medo, nojo, raiva, desconforto, aversão das pessoas pertencentes a categorias não-binárias de sexualidade. Essas instituições não conseguem alcançar uma unidade, visto que determinados corpos escapam do processo de dicotomia hierarquizada e acabam desobedecendo determinadas regras ou normas. Esses corpos “não padronizados” vivenciam, no contexto escolar, um processo de subterfúgio carcerário, seja pela não possibilidade do uso do nome social ou pela dificuldade em utilizar o banheiro. E por fim, ainda se tem o pânico moral da convivência dos “normais” com os “anormais” de gênero, dificultando ainda mais a continuidade do acesso escolar (OLIVEIRA JUNIOR; MAIO, 2016).

Esse espaço escolar se torna um lugar com características de controle de corpos e produção de subjetividades, uma peça fundamental nas ações de poder. Para que um indivíduo trans possa sobreviver a esse ambiente é necessário desenvolvimento de estratégias de resistência. Além do que, não é qualquer característica a qual encontra-se na mira dos normatizadores de plantão, a mira é, principalmente, associada aos trejeitos, ao afeminamento, a bichisse ou as masculinidades periféricas (GOMES DE OLIVEIRA, 2020).

Apesar da marcante presença da evasão escolar, por seus inúmeros fatores, alguns estudiosos da temática demonstram que pode haver um indicativo de mudança quando há referência a escolarização no ambiente universitário. E aqui cabe um parêntese: apesar da possível não evasão, lida-se com um fenômeno ainda pior que é o da estigmatização dos sujeitos trans. Fala-se em uma questão de violência não apenas física, mas principalmente, simbólica. Uma das principais queixas é o uso dos banheiros, um lugar muito além da satisfação das necessidades fisiológicas, é na porta desse ambiente que há demonstração da ruptura do gênero, visto a obrigatoriedade na definição de homem e mulher (OLIVEIRA; SILVA, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Instituições de Ensino Superior (IFES) apesar das questões relacionadas à reprodução dos conceitos de gênero e da repetição dos padrões sociais, têm buscado integrar e tornar mais equânime o acesso bem como a permanência das pessoas trans. Destaca-se as iniciativas de adesão e regulamentação ao uso do nome social conforme a Resolução nº 12/2015 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SCOTE; GARCIA, 2020).

No ano de 2018, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) realizou a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. Nesse levantamento percebeu-se que a representatividade das pessoas trans nas IFES brasileiras possui um percentual de 0,3%, sendo que a maior parte delas é negra, com renda familiar de até um salário-mínimo e meio e 29% do quantitativo das pessoas trans utilizaram de assistência estudantil no decorrer da graduação, 45% atuam em organizações sociais que envolvam a questão de gênero e 29% participam de movimentos relacionados a causa LGBTQIA+1 (FONAPRACE, 2019).

Apesar da evolução com relação ao uso do nome social, é cediço a carência de políticas específicas com vistas ao acesso e à permanência da população trans dentro das universidades, visto que a escolarização, por vezes, é um direito negado. Esse processo de escolarização representa, de certo modo, uma das poucas possibilidades de visibilidade, ascensão econômica, social e cultural para as pessoas trans. Mas, a pouca ou ausência de discussão desse acesso ao sistema universitário atua como forma de vulnerabilizar grupo minoritário e intensificar as opressões e violências sofridas fora da escola (SCOTE; GARCIA, 2020).

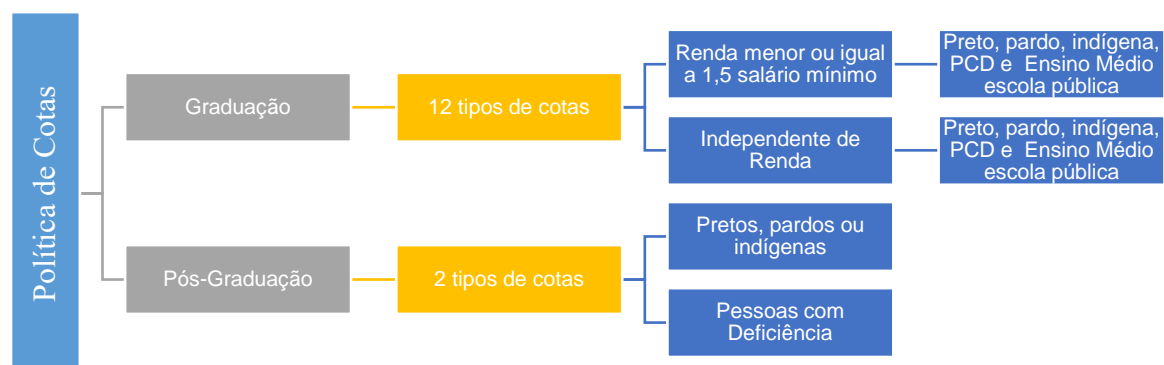
No Brasil existem 68 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), dessas 19 estão localizadas na Região Nordeste, 18 na Região Sudeste, 12 na Região Sul, 10 na Região Norte e nove na Região Centro-Oeste. Dessas 10 IFES na Região Norte encontra-se a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) única Universidade pública localizada no estado de Rondônia.

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexos, Queer, Assexuais.

Foi criada pela Lei nº 7.011 de 08 de julho de 1982, possui oito campi localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. Oferece cursos de graduação, bacharelados e licenciaturas com abrangência em diversas áreas do conhecimento bem como cursos de pós graduação em nível de mestrado, doutorado e pós graduação lato sensu (UNIR, 2019).

O ingresso nos cursos de graduação acontece por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e as vagas possuem duas modalidades: a ampla concorrência e as vagas reservadas (cotas). As cotas são divididas em 12 possibilidades que variam de vagas para pessoas com deficiência (PCD), preto, pardo, indígenas, ensino médio em escola pública e renda. Já na pós-graduação o ingresso se dá por meio de processos seletivos específicos nos quais deverão ser garantidos o acesso via ampla concorrência e com reserva de vagas (pretos, pardos ou indígenas e pessoas com deficiência). De forma explicativa segue a figura 01 para demonstrar a política de cotas da UNIR tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Figura 01: Desenho da política de acesso aos cursos de graduação e pós-graduação da UNIR



Fonte: Elaborado pela autora baseado em (UNIR, 2019).

Como se pode notar não há qualquer disposição nas cotas da UNIR para pessoas trans. Realidade essa comum na maioria das universidades federais brasileiras. Em levantamento realizado o Brasil possui três universidades que possuem cotas para pessoas trans em nível de graduação, sendo elas: Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Das Universidades que possuem cotas para pessoas trans em nível de pós graduação têm-se as seguintes: Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nota-se que nenhuma Universidade possui cota para pessoas trans e ao mesmo tempo encontra-se localizada na Região Norte, sendo o único estado sem instituição representada, até a presente data.

Esse panorama educacional das pessoas trans no Brasil demonstram uma realidade de desumanização, alienação, coisificação visto que a base das relações desses indivíduos está na exploração, dominação e hierarquização. Os corpos trans por escaparem aos padrões de gêneros sociais sofrem ainda mais opressão, o que muitos autores denominam de transfobia e torna esses indivíduos ainda mais subalterizados e explorados nas esferas da educação, trabalho e cultura (MARINHO, 2018).

Outro ponto que merece especial destaque é a condição da população trans diante da pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2). Esse grupo minoritário, excluído diante de sua condição de gênero, na pandemia, se torna ainda mais invisível e marginalizado sob o ponto de vista social o que aprofunda ainda mais as disparidades já existentes. Além desses fatores, a questão do isolamento social tem produzido ainda mais violência no sistema sexo-gênero com o aumento considerável da violência e do número de suicídio na população LGBTQIA+. Aumento esse negligenciado pelos aparatos estatais configurando ainda mais a invisibilidade e a desigualdade impostas às pessoas trans (SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA-CARDOSO, 2020).

Nesse mesmo sentido, Sassen (2016) aborda em seu livro o conceito de expulsões. Para essa autora esse conceito é causado por políticas, instituições, sistemas e técnicas complexos e para além da ideia de desigualdade social bem como de segregação. Os processos, apesar de serem intrincados, possuem característica em comum: serem agudos, ou seja, de rápido acontecimento e com públicos considerados significativos (de pequenos grupos a grandes conglomerados de indivíduos). Aliado a essa questão, Sassen (2016) ainda discute o conceito de tendências conceitualmente subterrâneas por serem difíceis de enxergar exatamente por nós, serem familiares. É justamente no conceito de expulsões

o qual podemos apontar as pessoas trans no processo de escolarização, com destaque para o ensino superior público brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo demonstra-se que o estado de Rondônia, enquanto estado da região Norte, é considerado conservador em vários termos, desde os políticos até os legais, fato que contribui sobremaneira com o aumento das discriminações, segregação e violação de direitos das pessoas trans. Ainda muito é necessário para avançar na garantia de direitos basilares, tais como a garantia do acesso e permanência desses indivíduos no seu contexto de escolarização.

REFERÊNCIAS

- BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Edufba ed. Salvador: 1 ed., 2017a.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. Hedra LTDA ed. São Paulo: 1 ed., 2017b.
- BUTLER, J.; RIOS, A.; ARÁN, M. Undiagnosing gender. **Physis**, v. 19, n. 1, p. 95–126, 2009.
- CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Penso ed. Porto Alegre: 3 ed., 2014.
- FONAPRACE, F. N. DE P.-R. DE A. C. E E. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES-2018**. Brasília: 2018. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- GOMES DE OLIVEIRA, M. R. **O dibao em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Salvador: Editora Devires, 2020.
- HAORTA, R. L.; COSTA, A. A. Vista do Desafios da agenda de pesquisa empírica em psicologia da tomada de decisão judicial no Brasil. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 7, n. 3, p. 76–110, out. 2020.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Vozes ed. Petrópolis: 3 ed., 1997.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Autentica ed. Belo Horizonte: 3 ed., 2018.
- MARINHO, S. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as

identidades trans em perspectiva. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 602–610, dez. 2018.

NASCIMENTO, L. C. P. DO. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, A.; SILVA, K. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**, v. 10, n. 4, p. 2017, 12 jan. 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, I. B. DE; MAIO, E. R. Re/Des/Construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. **Revista da FAEÉBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, 27 abr. 2016.

SANTOS, M. A. DOS; OLIVEIRA, W. A. DE; OLIVEIRA-CARDOSO, É. A. DE. Inconfidências de Abril: Impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de Covid-19. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 4 set. 2020.

SCOTE, F. D.; GARCIA, M. R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. **Perspectiva**, v. 38, n. 2, p. 1–25, 16 jun. 2020.

UNIR, Fundação Universidade Federal de Rondônia. **Relatório de Gestão**. Porto Velho: 2019. Disponível em:
<http://www.dpdi.unir.br/uploads/01152192/RELATORIO_DE_GESTAO_UNIR_2019.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2021.